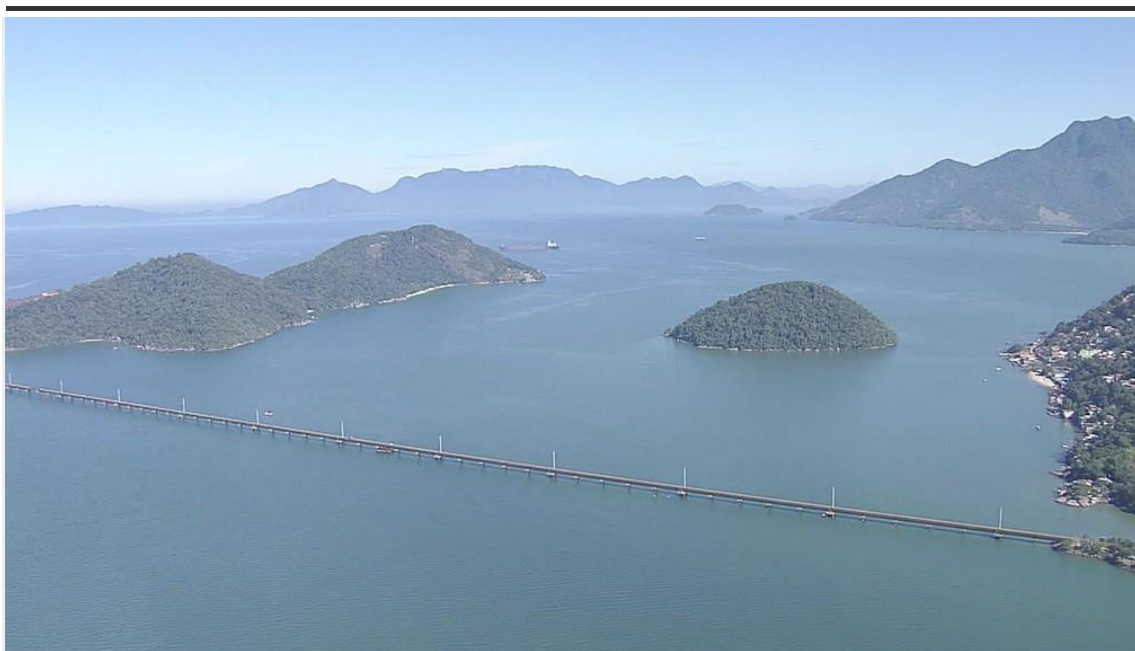


Prefeitura de Mangaratiba suspende obra da Vale após RJ2 exibir denúncia sobre despejo de metais pesados no mar

Relatório da Polícia Federal também identificou problemas na operação da mineradora.

Por Carlos de Lannoy e Guilherme Boisson, RJ2

18/01/2022 20h28 Atualizado há 4 semanas



Terminal da Vale em Mangaratiba, sul do Rio de Janeiro — Foto: Reprodução/TV Globo

Um dia depois que o RJ2 mostrou que a Vale tem jogado água contaminada com metais pesados próximo a um terminal de exportação de minério em Mangaratiba, na Costa Verde, a prefeitura da cidade embargou uma reforma que a mineradora está fazendo no local.

Além disso, um relatório da Polícia Federal também identificou problemas na operação da Vale no terminal Ilha Guaíba. Entretanto, os trens com minério de ferro continuam chegando no terminal ilha Guaíba, em Mangaratiba, com muita carga.

Segundo a Secretaria Municipal do meio Ambiente do município, os trens estão sobrecarregados, com minério acima do limite permitido e parte do material acaba caindo no solo e contaminando a água.

O terminal fica numa área de proteção ambiental. E a Vale vinha realizando obras de reforma e manutenção no píer e na ponte da linha férrea que chega no terminal. Mas depois de uma fiscalização, acompanhada na segunda-feira (18) pelo RJ2, a prefeitura embargou as obras.

O documento afirma que o trabalho estava sendo realizado sem as devidas licenças. Obras sem licença são uma das muitas irregularidades identificadas por autoridades ambientais no terminal Ilha Guaíba. Um inquérito da PF investiga denúncias de crimes ambientais cometidos pela Vale no local.

O RJ2 teve acesso a um laudo da perícia criminal realizado em fevereiro do ano passado. Os peritos confirmaram o lançamento de resíduos ao mar, em desacordo com a legislação ambiental.

Segundo o documento, as imagens de resíduos sendo despejados no mar são compatíveis com a sobrecarga de filtros, decorrente de fortes chuvas em curtos espaços de tempo levando ao extravasamento de água com minério para o mar.

Ainda de acordo com a perícia, o relato do supervisor de Operações do terminal, que acompanhou a vistoria, informou que o problema foi solucionado pelo fechamento do sistema de drenagem dos filtros, aumento das muretas de contenção das águas no píer e aumento de capacidade de operação de caminhões que retiram a água com minério.

No laudo, os peritos responderam a um questionário com oito perguntas. Afirmaram que a atividade da Vale na Ilha Guaíba é potencialmente poluidora. Mas que no dia da diligência realizada no local, não houve a constatação de lançamentos no ambiente.

No entanto, à pergunta "se é possível afirmar se, em algum momento, houve disposição inadequada ou lançamento de resíduos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis", os peritos responderam que "sim".

Eles também confirmaram que houve negligência da empresa em relação aos procedimentos necessários para evitar o lançamento de resíduos. E que não há evidências de que foram adotadas as medidas necessárias para minimizar os danos e conter o acidente.

O RJ2 também teve acesso à licença de operação da vale na ilha para "realizar a atividade de estocagem de minério de ferro". O documento afirma que a licença é válida até 28 de dezembro de 2011. Em abril de 2011, foi modificada a atividade da ilha para recebimento de minério de ferro por via férrea, estocagem em pátios e embarque para navios, por correias transportadoras.



Vale é multada em R\$ 5 milhões por contaminação de minério em área preservada em Mangaratiba

Um documento do Inea (Instituto Estadual do Ambiente) de 29 de março de 2017 informa que o requerimento de renovação da licença de operação "encontrava-se em análise". E que o pedido de renovação foi autuado no prazo de 120 dias antes do vencimento da citada licença.

Mais de dez anos depois do vencimento, o Inea ainda não concedeu uma nova licença.

O que dizem os citados

A Vale disse que, embora o terminal esteja regularmente licenciado pelo Inea, o município de Mangaratiba insiste em "perpetrar injustificáveis e ilegais ataques contra a companhia".

E acrescentou que a obra embargada é de rotina, e que foi informada ao órgão licenciador. A Vale disse que vai recorrer para retomar os trabalhos.

Sobre o inquérito da PF, a Vale disse que discorda das conclusões da polícia e que continua colaborando com as autoridades e investindo para aprimorar seus controles ambientais no terminal Guaíba.

O Inea informou ter sido comunicado das obras e que são manutenções de rotina para não haver danos às estruturas. Sobre a licença e os dez anos de análise para renovar a autorização, o Inea disse que é um empreendimento de grande porte, que demanda avaliação de equipe técnica multidisciplinar, exigindo análise de várias áreas técnicas do instituto.